

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E SUA INFLUÊNCIA NA PREVENÇÃO DA VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR¹⁵

Antônio Faustino da Costa Júnior¹⁶

Hilderline Câmara de Oliveira¹⁷

RESUMO: A educação e o planejamento financeiro não se restringem aos profissionais ou acadêmicos das ciências econômicas. Hoje em dia, a compreensão desses assuntos têm sido aceito nos mais diversas searas da sociedades, não especializadas, isto é, de pessoas que estão buscando apenas saber como melhor aplicar seus recursos econômicos nas finanças pessoais. Diante disso, o escopo geral da presente pesquisa foi identificar a influência do planejamento financeiro na prevenção da vitimização policial militar do Rio Grande do Norte (RN). Para tanto, a partir do levantamento *survey*, empreendeu-se uma pesquisa de campo de abordagem quantitativa e análise estatística simples. Para materialização da pesquisa empírica, utilizou-se um questionário *on-line*, que foi respondido por 52 policiais militares do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN). Os resultados demonstraram que a principal motivação para a busca do “bico”, isto é, do trabalho informal, é quitar dívidas e ter reserva financeira para uma possível situação de emergência; porém o exercício desta atividade extra pode ser um fator para o aumento da vitimização do policial. Desta monta, é imprescindível que haja programas de educação financeira a estes agentes, bem como é importante o investimento em políticas públicas que busquem mitigar esse tipo de adversidade.

Palavras-chave: planejamento financeiro; vitimização policial militar; educação financeira; BOPE; PMRN.

ABSTRACT: Education and financial planning are not restricted to professionals or academics in the economic sciences. Nowadays, the understanding of these matters is growingly achieving non-specialized people, that is, people who are just looking to know how to better apply their economic resources in personal finance. In face of this, the general scope of this research was to identify the influence of financial planning in the prevention of military police victimization in the state of Rio Grande do Norte (RN). In face of this, based on the survey, field research with a quantitative approach and simple statistical analysis was carried out. An online questionnaire was used, which was answered by 52 military police officers from the Battalion of Special Police Operations (BOPE) of the Military Police of Rio Grande do Norte (PMRN). The results showed that the main motivation for searching for a “little job”, that is, informal work, is to pay off debts, and also to have a financial reserve for a possible emergency situation; however, the exercise of this extra activity can be a factor for the increase in police victimization. Therefore, the existence of financial education programs for these agents is something essential, as well as investments in public policies that seek to mitigate this type of adversity.

Keywords: financial planning; military police victimization; financial education; BOPE; PMRN

Recebido em 22 de novembro de 2023

Aprovado em 23 maio de 2024

15 Artigo apresentado ao Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão de Segurança Pública e Cidadania da Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

16 Capitão da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, graduado em farmácia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: faustinno79@hotmail.com. Orcid <http://orcid.org/0000-0003-0537-7248>. Autor do artigo.

17 Pós-doc em Direitos Humanos na área de concentração das Políticas Públicas, Cidadania e Direitos Humanos-UFPB. Doutora em ciências sociais/UFRN, mestre e graduada em serviço social/UFRN, socióloga/UNINTER. Especialista em mediação e conciliação de conflitos, em educação em Saúde e em Antropologia Cultural. Docente do *stricto sensu* da UnP. Professora colaboradora da PMRN e da Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (EALRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2137840381302297>. Orcid <https://orcid.org/0000-0003-4810-117X>. E-mail: hildelrinec@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação e o planejamento financeiros não se restringem aos profissionais ou acadêmicos das ciências econômicas. Hoje em dia, a compreensão desses assuntos tem tido adeptos em vários segmentos da sociedade não especializadas, isto é, de pessoas que estão buscando apenas saber como melhor aplicar seus recursos econômicos nas finanças pessoais.

O atual cenário da situação econômica do Brasil, que ainda luta contra os efeitos da crise sanitária da COVID-19, é altamente indefinido, entre outros fatores que contribuem para o endividamento pessoal. Embora a avaliação seja de uma diminuição do número de casos da referida pandemia, os desequilíbrios refletem sobremaneira na atividade econômica e no mercado financeiro, que, por sua vez, sofre consequências das políticas de governo.

Assim, em consequência da alta do consumo da população, do descontrole financeiro e do fácil acesso ao crédito, torna-se cada vez maior o percentual do endividamento pessoal. A percentagem de famílias endividadas continua elevada como em anos anteriores, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor divulgou, esta atingiu cerca de 77,7% em abril de 2022. (PEIC, 2022)

Nesse ínterim, no dia 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso da Covid-19 foi confirmado. As medidas adotadas impactaram diretamente a atividade econômica, visto que, a fim de evitar a evolução no número de casos, somente as atividades essenciais (supermercados, farmácias, etc.) foram liberadas para funcionamento. (Brasil, 2020)

Conforme Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), publicada em março de 2021, no auge da pandemia, o percentual de endividamento das famílias brasileiras aumentou. O estudo – que leva em consideração as dívidas com

cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnê de loja, prestação de carro e prestação de casa –, apontou que 67,3% das famílias brasileiras estavam endividadas. Entretanto, pela primeira vez em 10 anos, o número de famílias de maior renda endividadas com cartão de crédito é maior comparado ao número de famílias de menor renda. (PEIC, 2021)

Estes são alguns dos fatores que afetam diretamente as atitudes do servidor público, portanto, faz-se necessário, cada vez mais, que este desenvolva conhecimentos acerca do controle financeiro, para poder lidar com questões como oscilações do mercado, atrasos e congelamento de salários, e para que, paralelamente, saiba evitar o consumo desenfreado, podendo, com isso, atingir objetivos maiores, como comprar uma casa própria, um carro, abrir um negócio, viver melhor e ter liberdade para tomar decisões mais acertadas.

A partir de estudos já realizados, percebe-se é que a maioria dos policiais militares desconhecem a importância do controle financeiro pessoal. Em geral, eles não possuem reserva de emergência, normalmente recorrem ao crédito fácil e caro, com taxas elevadas de juros, as quais obrigam, por vezes, o policial militar a procurar uma atividade remunerada extra para melhorar a sua renda. Essa atividade extra é conhecida por “bico”. Ao procurá-la, porém, o policial, sacrifica seu momento de folga, seu tempo com a família, seu lazer, enfim, ele acaba se envolvendo em uma situação que pode gerar significativa diminuição de sua qualidade de vida, e conseqüentemente, da qualidade do serviço que presta à sociedade. Ademais, não é incomum que, no exercício dessas atividades extras, o policial seja vitimado.

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: *qual a influência do planejamento financeiro na prevenção da vitimização policial militar?* A partir desta indagação, delineou-se como objetivo geral do estudo: identificar a influência do planejamento financeiro na prevenção da vitimização policial militar do Rio Grande do Norte

(RN). E, como objetivos específicos: a) traçar o perfil social e financeiro dos policiais militares da PMRN; e b) conhecer as causas que influenciam o agente de segurança a atuar na atividade de segurança privada remunerada, o popular “bico”.

A justificativa deste estudo, com relação à escolha dos policiais militares, dá-se pela possibilidade de ascensão profissional e pela estabilidade desta categoria, as quais se somam a uma remuneração fixa, que é garantida ao longo dos anos de efetivo serviço. Em relação ao tema – planejamento financeiro –, este foi escolhido porque se constitui como necessária ferramenta de auxílio a este servidor especial no gerenciamento de suas finanças pessoais; e, sobretudo, porque, com uma vida financeira mais organizada, o policial pode prestar um serviço mais eficaz à sociedade.

Além disso, os resultados deste estudo fornecerão à Polícia Militar do Rio Grande do Norte dados essenciais e distintos para ações na área de educação e plano estratégico, podendo assim motivar a realização de métodos de referência na educação financeira do policial militar, visando uma melhoria da qualidade do serviço do policiamento ostensivo preventivo e a prevenção da vitimização policial.

O presente trabalho está dividido em Introdução, sendo a parte 2 o referencial teórico, que fundamentou a análise e discussão desenvolvida no capítulo 4, que é antecedido do capítulo 3, composto pelos procedimentos metodológicos. O artigo é concluso com as considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Carta Constitucional de 1988, no seu artigo 144, assevera que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. A Polícia Militar é um dos órgãos encarregados de promover a segurança pública com maior importância, seja pela função de polícia ostensiva preventiva, seja por ser o órgão mais numeroso integrante desse sistema. (Brasil, 1988)

Como consequência, a instituição policial militar é mais vulnerável a sofrer efeitos colaterais, por ser a de maior número, bem como desenvolver uma atividade de caráter exclusivo de ostensividade, é a mais vitimada, pois tem o contato direto com a população no atendimento de ocorrências das mais variadas naturezas, além de ser responsável pelo enfrentamento da criminalidade. Conforme Marcondes (2021, p. 17), “o trabalho policial por si só apresenta elementos que interferem negativamente na Qualidade de Vida do trabalhador policial, que o adoecimento físico e mental é muito presente frente aos desafios impostos pela realidade diária”.

Nesse cenário, é imprescindível a preocupação com os policiais militares, integrantes das forças de segurança pública estadual, para que estes hajam com eficácia na prevenção e repressão da criminalidade e da violência, além de oferecer um serviço disponível, próximo, útil e confiável.

Em atenção a essa problemática, o poder público federal, por meio do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), implementou, em 2018, o Pró-vida, Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, que passou a fazer parte dos meios e instrumentos para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Todavia, não basta apenas a criação da política, deve haver um esforço efetivo para que esta seja posta em prática, uma vez que o referido plano tem 10 anos para ser concretizado.

Os índices de vitimação policial só aumentam, isso porque, segundo Silva e Almeida (2022, p. 5), “houve certo descaso com as instituições de segurança pública e com seus integrantes nas últimas décadas, quando as políticas de governo (e não de Estado, como é a tônica no Brasil)” não adotaram programas efetivos de prevenção à vitimação policial, em especial, a militar. Essa realidade resultou em uma escalada de violência sem precedentes contra profissionais de segurança – sobretudo contra policiais militares –, e ela “põe em evidência a necessidade e a urgência de ações efetivas

para garantir a integridade da sociedade e a de seus agentes, dado ao alto nível de vitimização”. (Silva; Almeida, 2022, p. 5). Ainda conforme os respectivos autores, há a necessidade urgente de se conceitualizar corretamente este problema. Vitimização policial e não vitimização policial seria o mais adequado, dado que ocorre quando os policiais são agredidos ou mortos por terceiros. Vitimização policial, embora seja amplamente utilizado no Brasil, seria o fenômeno no qual o policial é autovitimado, ou seja, pratica violência contra si próprio, podendo chegar ao suicídio. (Silva; Silva Júnior, 2022, p 05).

Em dados coletados no estudo de Silva e Silva Júnior (2021, p. 11), foi possível diagnosticar que houve um aumento de assassinatos de policiais nos anos de 2017 e 2018, decrescendo em 2019 e 2020. Contudo, segundo levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no Anuário de 2022, no Rio Grande do Norte, houve novo aumento significativo de mortes de policiais: cinco casos em 2020 contra 11 casos em 2021, todos por lesões corporais.

Por sua vez, Silva e Almeida (2022, p. 11), investigando as causas da vitimização policial militar no RN, observaram que “a formação inicial e continuada precária, déficit do efetivo e trabalho extra de segurança privada são aspectos que evidenciam a correlação dessa problemática.”

Em relação ao efetivo da PMRN, nestes últimos anos, sucedeu-se um lapso temporal em que não houve certame voltado para o ingresso de novos policiais, o que ocasionou uma diminuição do efetivo na atividade fim, o que pode ter resultado em uma redução da ostensividade e prevenção de crimes.

Acerca disso, Oliveira, *et al.* (2023, p. 10) relatam o seguinte a PMRN passou cerca de 10 anos sem a realização de concurso público, portanto, a demanda por novos policiais era enorme; e, mesmo com a ocorrência de novo concurso em 2018, ainda não foi possível suprir a necessidade de todo o estado.

Os agentes de segurança pública têm a possibilidade de se dedicarem a outras atividades remuneradas nos horários de folga, sejam elas

institucionalizadas, por meio do trabalho com diárias operacionais ou do trabalho de segurança privada. Geralmente, neste último, o policial atua sozinho e não tem o aparato da segurança estatal – o que aumenta, sobremaneira, os riscos dessa atividade, sendo essa uma das principais condições do fenômeno da vitimização policial militar. Sobre isso, Silva e Almeida (2022, p. 11) alegam que “os profissionais de segurança se expõem ainda mais, pois são escolhidos por marginais, principalmente, por portarem armas durante a execução desse serviço extra corporação, muitas vezes, armas institucionais”.

Nessa esteira, o levantamento mensal da Serasa sobre a relação dos brasileiros com as dívidas apresentou que 43% da população do Brasil encontra-se inadimplente, número esse que se assemelha com os estudos de Braga e Silva (2012, p.15), os quais apontaram que 50,4% dos agentes de segurança pública sofreram algum tipo de dificuldade financeira.

Ao se examinar a faixa salarial dos policiais militares do Rio Grande do Norte, nota-se que o salário base para um soldado, em início de carreira, é de R\$ 3.929,00 (Rio Grande do Norte, p. 6), em média, de 3 salários mínimos, portanto, similar à remuneração de outros estados.

Sendo assim, no presente estudo, apoiando-se nessas informações, parte-se da premissa de que há uma necessidade imperiosa de uma gestão de finanças pessoais que envolva como esses agentes ganham e utilizam seus vencimentos.

Decorrente disto, segundo pesquisadores, há uma progressão de uma educação financeira que abrange comportamento do indivíduo em relação ao dinheiro e como usá-lo, “buscando, desde o saneamento de dívidas até um possível enriquecimento, por meio do conhecimento da matemática e termos financeiros, que ele já possui e que o auxiliam na tomada de decisões”. (Malassisse, 2018)

Outro aspecto importante é a alfabetização financeira, sendo o resultado de “uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e

comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual.” (Potrich; Vieira; Kirch, 2018, p. 4)

A educação financeira é um tema complexo e, apesar de ser uma ferramenta que auxilia na gestão financeira, não há uma cultura coletiva, nem institucional que o aborde. Nas famílias, em geral, não existe hábito de realizar reuniões para a discussão do orçamento familiar, a não ser quando os gastos são fatores de estresse e preocupações. Para Medeiros (2022, p.15), “Tais preocupações afetam o bem-estar pessoal e geralmente, têm relação com dívidas se avolumando e a impossibilidade de pagá-las, insatisfação com o próprio padrão de vida.” Ademais, no geral, as pessoas não falam de suas finanças pessoais em seus círculos sociais, este assunto parece ser um tabu, invasão de privacidade ou assunto de foro íntimo. Assim, evita-se ou pouco se conversa em torno do assunto.

Sendo assim, é importante que se considere, como já foi dito, o comprometimento da renda e o endividamento dos policiais militares. Estas são práticas, condutas e comportamentos que influenciam na atividade deste agente, pois estão correlacionadas com a precarização da qualidade de vida no trabalho e, também, conforme os autores apresentados, à vitimação policial, as quais interferem diretamente na qualidade da prestação de seu serviço à sociedade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A utilização do método científico demanda clareza e segurança no desenvolvimento da pesquisa, como asseveram Marconi e Lakatos (2017, p. 96), os quais definem que “Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Pesquisar possibilita uma imersão em uma gama de possibilidades, permitindo, também, buscar dados, relações, leis em qualquer campo do conhecimento. Assim, ainda segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 185), a pesquisa constitui-se como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.”

Dito isto, cabe destacar que, conforme seus objetivos, a pesquisa ora apresentada é exploratória, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51), “são realizadas para proporcionarem mais informações a respeito de um determinado assunto, possibilitando sua definição e seu delineamento”.

Em se tratando dos procedimentos, este estudo é considerado um levantamento (*Survey*), que é o tipo de procedimento que “ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer por meio de algum tipo de questionário”. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 57)

Do ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa. Segundo Pradanov e Freitas (2013, p. 69), a pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas”.

Ademais, no entendimento de Marconi e Lakatos (2017, p. 53), “a técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte. É a habilidade para usar esses preceitos e normas, a parte prática”. Dessa forma, para coleta de dados, foi utilizada a técnica padronizada de aplicação de questionário.

Vale dizer que, na presente pesquisa, antes de sua aplicação, o questionário passou por uma fase de pré-teste em um universo reduzido para detectar e corrigir eventuais erros.

Em relação à forma do questionário, escolheu-se perguntas fechadas ou dicotômicas, as quais “são limitadas, apresentam alternativas fixas

(duas escolhas: sim ou não, etc.) e múltiplas escolhas, que são perguntas fechadas, que dispõe de um agrupamento de alternativas possíveis para cada questão”. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 109). Sendo assim, o referido questionário foi elaborado na plataforma virtual *Google Forms* e contém perguntas fechadas, as quais foram compostas com base nos objetivos da pesquisa. Segundo Varela, Cabelho e Benedito (2020, p.8), “Nesta ferramenta as respostas são coletadas de forma organizada e automática, onde são gerados gráficos em tempo real.”

Após elaborado o questionário online, partiu-se para a coleta dos dados, que se deu por meio da disponibilização do *link* do formulário via *Whats.App* para uma amostra de policiais, após feito contato prévio e explanação do propósito do estudo.

Como trabalho de campo, esta pesquisa também exigiu a escolha dos participantes da pesquisa,— sendo adotados os praças que estão lotados no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Ainda, como critérios de inclusão, optou-se por inserir policiais militares lotados no BOPE/RN, de ambos os sexos, soldados e graduados, que estivessem dispostos à participação voluntária na pesquisa. Assim, como critério de exclusão definiu-se que não participariam do estudo policiais militares lotados em unidade distinta do BOPE/RN, oficiais, e quem não desejasse colaborar com a pesquisa.

Acerca da participação de humanos em pesquisas científicas, em seu inciso XIII, a Resolução 510/2016 define que o participante da pesquisa pode ser: “[...] indivíduo ou grupo, que não sendo membro da equipe de pesquisa, dela participa de

forma esclarecida e voluntária, mediante a concessão de consentimento e também, quando couber, de assentimento, nas formas descritas nesta Resolução” (Ministério da Saúde, Resolução 510/2016, p. 3).

O público alvo que participou da pesquisa concordou com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em seu item II.23, a Resolução 466/2012 define o TCLE como: “Documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar”. (Ministério da Saúde, Resolução 466/2012, p.3).

Neste estudo, optou-se pela amostra não probabilística (Lakatos; 2017, p. 195). Vale dizer que as amostras não probabilísticas, segundo Mineiro (2020, p. 13), “são amostragens em que há uma escolha deliberada dos elementos da amostra. Depende dos critérios e julgamento do pesquisador. A população tem uma probabilidade conhecida de fazer parte da amostra.” Assim, trabalhou-se com uma amostra de 52 participantes (71%) de um universo (população) de 73 (100%) policiais militares praças pertencentes ao efetivo do BOPE/RN.

Por fim, ressalta-se que, após obtidos, os dados passaram por uma análise estatística, sendo então tratados, segmentados em gráficos e debatidos sob a teoria aqui abordada. O conjunto desses resultados será discutido na seção 4 adiante

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RESULTADOS

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Tabela 1 - Faixa etária

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	De 25 a 30 anos	4	7,7	7,7	7,7
	De 31 a 36 anos	10	19,2	19,2	26,9
	De 37 a 42 anos	6	11,5	11,5	38,4
	De 43 a 48 anos	15	28,8	28,8	67,2
	De 49 a 54 anos	16	30,8	30,8	98
	De 55 a 60 anos	1	1,9	1,9	100
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os dados contidos demonstram que a concentração da faixa etária dos participantes da pesquisa dá-se no intervalo de 49 a 54 anos, faixa que corresponde a 30,8% dos respondentes; logo depois, com 28,8%, encontra-se a segunda faixa, que vai dos 43 aos 48 anos. Com base nessas informações, percebe-se que a maioria dos pesquisados é composta por policiais veteranos.

Tabela 2 - Quanto ao sexo

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Masculino	52	100	100	100
	Feminino	0	0	0	
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quanto ao sexo, observa-se que a totalidade dos participantes da pesquisa é formada por homens. Esse dado ocorre porque é comum verificar a ausência de mulheres em determinados setores da PM, principalmente no serviço operacional, que ainda tem a exclusividade masculina.

Como aduz Ribeiro (2018, p. 12) “apesar das mudanças legais, que têm como marco principal a Constituição Federal de 1988, as barreiras ao ingresso das mulheres nas PMs ainda são muito visíveis, incluindo desde cotas máximas para a incorporação feminina até mecanismos de dissuasão durante os ditames”.

Tabela 3 - Tempo de serviço

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	De 1 a 3 anos	12	23,1	23,1	23,1
	De 4 a 7 anos	2	3,8	3,8	26,9
	De 8 a 11 anos	0	0	0	26,9

De 12 a 15 anos	6	11,5	11,5	38,4
De 16 a 19 anos	5	9,6	9,6	48
De 20 a 23 anos	10	19,2	19,2	67,2
De 24 a 27 anos	12	23,1	23,1	90,3
De 28 a 31 anos	4	7,7	7,7	98
De 32 a 35 anos	1	1,9	1,9	100
Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em relação ao tempo de serviço na instituição, constatou-se que a maioria dos colaboradores, 23,1%, possui de 1 a 3 anos de desempenho na função. Verificou-se também que o mesmo percentual se repete na faixa dos 24 aos 27 anos. Observa-se ainda a existência de um período temporal em que não houve ingresso de novos profissionais. Apesar de os participantes se concentrarem em faixas de tempo de serviço opostas, nessa perspectiva, evidencia-se que 73% possuem mais de 10 anos de serviço na instituição. A maioria dos pesquisados, portanto, é formada por profissionais experientes. De acordo com *Oliveira, et al.* (2023, p.10), citado no referencial teórico.

No que se refere à relação conjugal, nota-se que 67,3% dos respondentes estão casados, que 15,4% estão solteiros, que 11,5% vivem em união estável, que 5,8% deles são separados/divorciados/desquitados e nenhum é viúvo.

Tabela 4 - Nível hierárquico da praças

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Soldado	14	26,9	26,9	26,9
	Cabo	6	11,5	11,5	38,4
	3º Sargento	9	17,3	17,3	55,7
	2º Sargento	13	25	25	80,7
	1º Sargento	5	9,6	9,6	90,3
	Sub Tenente	5	9,6	9,6	100
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quanto à graduação dos participantes, observa-se que o efetivo está distribuído da seguinte maneira – há 26,9% soldados, 11,5% cabos, 17,3% 3º sargentos, 13% 2º sargentos, 9,6% 1º sargentos e 9,6% subtenentes. Assim, junto às informações das tabelas 1 e 3, estes dados da tabela 4 confirmam que a maior porção do efetivo é formada por graduados e experientes na vida da caserna.

Ressalta-se que, no começo de 2018, o Governo do RN lançou concurso para a PMRN, com mil vagas. No final do ano passado, o certame formou 1.014 novos soldados¹⁸, por isso, este efetivo, em sua maioria, está composto por 26,9% soldados.

Tabela 5: Renda mensal

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	De 2 a 4 salários mínimos	16	30,8	30,8	30,8
	De 4 a 6 salários mínimos	18	34,6	34,6	65,4
	De 6 a 8 salários mínimos	12	23,1	23,1	88,5
	De 8 a 10 salários mínimos	5	9,6	9,6	98,1
	Acima de 10 salários mínimos	1	1,9	1,9	100
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Relativo à renda dos policiais, verificou-se que esta variou entre 2 e 10 salários mínimos vigentes no país de R\$ 1.320 (a partir de 1º de maio de 2023), com predomínio na faixa de 4 a 6 salários entre 34% dos pesquisados, e de 2 a 4 salários mínimos entre 30,8% deles. Consoante Oliveira *et al.* (2023, p. 12), “Esses dados evidenciam que a base do subsídio é bem maior que o salário-mínimo do Brasil, definido pelo Governo Federal”.

Tal rendimento deu-se em virtude do governo do Rio Grande do Norte ter sancionado a lei que reestrutura o plano de carreira dos policiais e bombeiros militares do estado, concedendo reajuste salarial e modificando o regime de promoções. O aumento previsto é de 23%, sendo parcelado em seis vezes, de forma gradativa, até 2022. Conforme pode se verificar na tabela a seguir:

Tabela 6: subsídio da PMRN

TABELA DO SUBSÍDIO A PARTIR DE DEZEMBRO DE 2022										
POSTO GRADUAÇÃO	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
CEL	19.645,04	20.234,39	20.841,42	21.466,66	22.110,66	22.773,98	23.457,20	24.160,92	24.885,75	25.632,32
TEN CEL	17.680,54	18.210,95	18.757,28	19.320,00	19.899,60	20.496,59	21.111,48	21.744,83	22.397,17	23.069,09
MAJOR	15.716,03	16.187,51	16.673,14	17.173,33	17.688,53	18.219,19	18.765,76	19.328,74	19.908,60	20.505,86
CAPITÃO	13.751,53	14.164,07	14.589,00	15.026,67	15.477,47	15.941,79	16.420,04	16.912,64	17.420,02	17.942,62
1º TEN	11.787,02	12.140,63	12.504,85	12.880,00	13.266,40	13.664,39	14.074,32	14.496,55	14.931,45	15.379,39
2º TEN	10.804,77	11.128,91	11.462,78	11.806,67	12.160,87	12.525,69	12.901,46	13.288,51	13.687,16	14.097,78
ST BM	9.822,52	10.117,20	10.420,71	10.733,33	11.055,33	11.386,99	11.728,60	12.080,46	12.442,87	12.816,16
1º SGT	7.858,02	8.093,76	8.336,57	8.586,67	8.844,27	9.109,59	9.382,88	9.664,37	9.954,30	10.252,93
2º SGT	6.875,76	7.082,04	7.294,50	7.513,33	7.738,73	7.970,89	8.210,02	8.456,32	8.710,01	8.971,31
3º SGT	5.893,51	6.070,32	6.252,43	6.440,00	6.633,20	6.832,20	7.037,16	7.248,28	7.465,72	7.689,70
CABO	4.911,26	5.058,60	5.210,36	5.366,67	5.527,67	5.693,50	5.864,30	6.040,23	6.221,44	6.408,08
SOLDADO	3.929,01	4.046,88	4.168,28	4.293,33	4.422,13	4.554,80	4.691,44	4.832,18	4.977,15	5.126,46

Fonte: Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2021/38y8r664ml49gzz9t7j6c9jnttdoyc.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

¹⁸ Disponível em <https://defato.com/seguranca/96820/rio-grande-do-norte-tem-o-10-menor-efetivo-policial-do-pas-aponta-studo#:~:text=O%20Anu%C3%A1rio%20detalha%20tamb%C3%A9m%20o,%C3%A9%20formada%20por%20sargentos%3A%204.406>. Acesso 23/03/2023

Tabela 7: Escolaridade

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Ensino médio	16	30,8	30,8	30,8
	Superior incompleto	6	11,5	11,5	42,3
	Superior completo	24	46,2	46,2	88,5
	Pós-graduação	6	11,5	11,5	100
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quanto à escolarização, observou-se que 30,8% dos participantes possuem Ensino Médio completo, que 11,5% estavam cursando Ensino Superior, que 46,2% têm Ensino Superior completo e que 11,5% dos policiais são pós-graduados.

Em um quadro geral, a partir da análise dos dados expostos acima conclui-se que os policiais militares pesquisados são experientes profissionalmente, e que sua unidade de trabalho é um ambiente predominantemente masculino e escolarizado.

Esse ambiente de maior escolarização explica-se pelo fato de que o processo de seleção atual para a PMRN requer nível superior. Também se justifica pelo fato de haver incentivo na busca de qualificação dentro e fora da instituição para aqueles que buscam progressão da carreira. A promoção por merecimento está especificada na Lei complementar n.º 515- 2014, particularmente no capítulo II, da seção II, *caput* do Art. 4º:

A promoção por merecimento se baseia na contagem de pontos, apurada por meio de critérios objetivos contidos na ficha de reconhecimento meritório dos ocupantes da Graduação de Sargento Militar da PMRN ou do CBMRN, avaliado no decurso da carreira ao ser cogitado para a promoção, conforme o disposto nos Anexos I e II desta Lei Complementar, a qual visa valorar a Praça entre seus pares. (RIO GRANDE DO NORTE, 2014, p.2)

Sobre esse assunto, Silva (2017, p. 162) acrescenta que “todos os seus cursos acadêmicos são aproveitados como critério para promoções funcionais, além, também, das especificidades dos respectivos cargos policiais-militares, que são os primeiros requisitos.”

4.2 AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO PERFIL FINANCEIRO

Tabela 8 - Satisfação referente aos salários pagos

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Totalmente insatisfeito	8	15,4	15,4	15,4
	Insatisfeito em parte	21	40,4	40,4	55,8
	nem satisfeito e nem insatisfeito	10	19,2	19,2	75
	Satisfeito	13	25	25	100
	Totalmente satisfeito	0	0	0	
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Conforme a tabela 8 acima, o nível de satisfação em relação ao salário gerou incômodo em 55,8% dos participantes, destes, 15,4% estão totalmente insatisfeitos; 40,4% estão em parte insatisfeitos; 19,2% consideram que não estão nem satisfeitos, nem insatisfeitos; ao passo que 25% estão satisfeitos e nenhum deles, 0%, se considera totalmente satisfeito com seu salário.

Dar atenção a esses dados iniciais é de grande relevância, pois eles indicam a que, uma vez insatisfeitos com seus salários, os agentes públicos buscarão outra fonte de renda. Também é importante ressaltar que tais informações corroboram com o estudo de Silva e Almeida (2019, p. 11), o qual afirma que “50,4% já sofreram algum tipo de dificuldade financeira e que para garantir a manutenção de suas despesas recorriam a esse tipo de atividade”.

Tabela 9 - Compatibilidade entre salário e atribuições

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Totalmente insatisfeito	12	23,1	23,1	23,1
	Insatisfeito em parte	21	40,4	40,4	63,5
	nem satisfeito e nem insatisfeito	7	13,5	13,5	77
	Satisfeito	12	23,1	23,1	100
	Totalmente satisfeito	0	0	0	
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nas palavras de Gessé, Dias e Avelino (2018, p. 48), “as atribuições de cargos servem como base para remuneração funcional, pois é uma forma de descrever as responsabilidades e particularidades de cada cargo e função.” Assim, buscou-se saber se, na opinião dos respondentes, seu salário é coerente com suas atribuições.

Referente à relação entre atribuições e salário, 63,5% dos policiais dizem estar insatisfeitos, desses, 40,4% estão insatisfeitos apenas em parte; enquanto 23,1% afirmam estar totalmente insatisfeitos; 13,5% responderam que não estão nem satisfeitos, nem insatisfeitos; 23,1% disseram que estão satisfeitos e nenhum chegou a declarar que está totalmente satisfeito. Portanto, percebe-se que a maioria não enxerga que a relação entre sua remuneração e suas atribuições como fator de motivação, ou seja, para os participantes da pesquisa, não há o retorno de uma remuneração justa para o cargo que exerce.

Tabela 10 - Satisfação relativo à vida financeira

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Excelente	1	1,9	1,9	1,9
	Muito boa	6	11,5	11,5	13,4
	Boa	38	73,1	73,1	86,5
	Ruim	7	13,5	13,5	100
	Muito ruim	0	0	0	0
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No tocante à vida financeira, constatou-se que 73,1% a consideram como boa; que 11,5% a percebem como muito boa; que apenas 1,9% a entendem como excelente e que 13,5% a avaliam como ruim. Observa-se aqui que, apesar de a maioria estar insatisfeita com seu salário, como demonstrado da tabela 9, em relação à vida financeira, grande parte está satisfeita. Presume-se disso que este resultado esteja relacionado ao exercício de outras atividades remuneradas fora da instituição, as quais confere um acréscimo à renda dos policiais.

Tabela 11 - Comparativo de finanças ao ano anterior

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Muito melhor	6	11,5	11,5	11,5
	Um pouco melhor	17	32,7	32,7	44,2
	Quase a mesma	28	53,8	53,8	98
	Um pouco pior	1	1,9	1,9	100
	Muito pior	0	0	0	
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em um comparativo da vida financeira atual com a de um ano atrás, verificou-se que 53,8% dos respondentes consideram sua situação manteve-se quase a mesma; enquanto 32,7% consideram que ela está um pouco melhor; 11,5% declarou que está muito melhor e somente 1,9% percebe que sua situação financeira está um pouco pior. Este resultado pode estar relacionado com o pagamento das últimas parcelas do reajuste salarial de 23%, ocorrido entre os anos de 2020 e 2022. (Rio Grande do Norte, 2019)

Tabela 12 – Planejamento financeiro

		Frequência	Percentual	% válida	% acumulativa
Válido	Sim, sempre faço uma relação do que eu vou gastar no mês, anoto em um caderno ou planilha e ao final do mês, quando recebo meu salário, corto aquelas despesas que não poderão ser pagas e as jogo para o próximo mês.	7	13,5	13,5	13,5
	. Sim, sempre anoto a minha receita (o que eu ganho), as minhas despesas (o que gasto, incluindo a minha poupança mensal, que encaro como gasto) e depois, se sobrar algo, eu decido como investir, seja em fundos ou em uma viagem	18	34,6	34,6	48,1
	Sim, sempre anoto todas as coisas importantes que gasto, afinal de contas não dá para controlar cada gasto que temos, alguns são insignificantes	8	15,4	15,4	63,5

Não anoto nada, mantenho tudo na mente. Quando recebo meu salário, já sei o que devo pagar e apenas distribuo o dinheiro aos seus devidos lugares.	18	34,6	34,6	98,1
Não anoto, não tenho ciência do meu orçamento. No final, sempre procuro algum meio para pagar as contas.	1	1,9	1,9	100
Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Objetivando atender aos objetivos propostos na pesquisa, perguntou-se aos policiais se eles costumavam fazer um planejamento financeiro pessoal. Dessa forma, com base nos dados exibidos na tabela 12, pode-se auferir que houve um equilíbrio nas respostas: 63,5% dos respondentes fazem orçamento, ou seja, têm o cuidado de fazer uma relação de quanto se ganha e quanto se gasta, procurando um equilíbrio financeiro.

Uma parcela menor, porém, ainda significativa, 36,5% dos policiais, não faz planejamento financeiro, dado que corrobora com o que diz Sousa (2009, p. 20): “parte da população não sabe como gasta o seu dinheiro ou o quanto é gasto em cada grupo de despesas, como alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, dívidas e juros”.

Tabela 13 - Prática do “bico”

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	24	46,2	46,2	46,2
	Não	28	53,8	53,8	100
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No que tange à segurança remunerada fora da instituição policial, o popular “bico”, 53,8% responderam que não praticaram; ao passo que 46,2% responderam que já atuaram nessa atividade. Segundo Amâncio e França (2021, p. 4), “profissionais de segurança pública procuram atividades de segurança privada para exercerem paralelamente ao trabalho policial como forma de complementar a renda salarial”. Os autores acrescentam, ainda, que “essa busca por um complemento da remuneração é tão necessária que os policiais militares se privam de sua folga, se arriscam a responder algum procedimento administrativo e põem sua saúde e, principalmente, sua vida em risco”. (Amâncio; França, 2021, p. 4)

Além disso, a prática do exercício de uma segunda atividade remunerada é uma questão cultural, conforme estudos de Batista e Silva (2021, p. 6): “nessa perspectiva, não ser apenas a baixa remuneração o motivo do exercício da atividade de segurança privada, mas também o aspecto cultural um dos motivos que contribuem para essa prática”.

O policial torna-se atrativo para o mercado da segurança privada – um mercado de trabalho muito específico e de alta demanda –, porque já possui treinamentos e conhecimentos demandados pela área. Esta exige uma classe de profissionais com mão de obra qualificada, que possua porte de arma de fogo, inclusive porte de arma de fogo institucional. Também é vantajoso para as empresas contratarem policiais devido à amizade destes com outros policiais, seus colegas de serviço, que podem então constituir uma rede de apoio à segurança privada.

Tabela 14 - Motivação para a prática do “bico”

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Quitar dívidas em geral	8	33,3	33,3	33,3
	Realizar sonhos e ter uma melhor qualidade de vida	5	20,8	20,8	54,1
	Ter mais tranquilidade em situação de emergência	8	33,3	33,3	87,4
	Construir uma reserva para o futuro	3	12,5	12,5	100
	Investir (negócio próprio, ativos geradores de renda, educação, etc.)	0	0	0	0
	Total	24	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Das 24 respostas obtidas daqueles que responderam, sim, à questão anterior, 33,3% responderam que fazem o bico para quitar dívidas; enquanto 33,3% disseram que a motivação é ter mais tranquilidade em situação de emergência; 20,8% afirmaram que sua motivação é realizar sonhos e ter uma melhor qualidade de vida; 12,5% declararam que pretendem construir uma reserva de emergência e nenhum respondeu que o motivo seria investir.

Verifica-se que mais de um terço dos participantes ocupa-se com um trabalho extra no intuito de pagar dívidas. Contudo, este é um dado que carece de uma atenção, pois, de acordo com Sousa et al. (2013, p.31), “Quando não conseguimos pagar as dívidas assumidas, já estamos em um patamar de endividamento muito preocupante, o endividamento excessivo.”

Tabela 15 - Segurança ao praticar o “bico”

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	7	29,2	29,2	29,2
	Não	17	70,8	70,8	100
	Total	24	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quanto ao sentimento de segurança, na prática do “bico”, 70,8% responderam que não se sentem seguros e 29,2% responderam que se sentem seguros quando estão desempenhando este tipo de trabalho.

Na tabela 14, percebe-se que 66,6% dos entrevistados buscam o “bico” como uma alternativa de renda para sanar dívidas ou para ter mais tranquilidade financeira, porém essa atividade traz um risco, conforme aduzem Silva e Almeida (2022, p.17) “a maioria dos profissionais de segurança pública são vitimados em períodos nos quais não estão atuando como agentes da lei.” Assim, é evidente que há uma relação de causa e efeito entre o “bico” e a vitimização. Portanto, diminuir, ou mesmo suprimir, essa atividade é uma maneira de prevenção da vitimização policial militar.

A apuração desse sentimento de insegurança dos entrevistados ao praticar tal atividade também corrobora com os estudos de Zilli (2018, p. 7), que sinaliza que “os agentes policiais morrem durante seus horários de folga ou realizando outras atividades remuneradas que não as tipicamente policiais.”

tabela 16 - Envolvimento em ocorrência durante o “bico”

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	5	20,8	29,2	29,2
	Não	19	79,2	70,8	100
	Total	24	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Um aspecto importante a ser observado na tabela 16 é que 79,2% declararam não ter se envolvido em ocorrência quando realizavam o “bico”; ao passo que 20,8% afirmaram já ter se envolvido em algum tipo de ocorrência durante esse trabalho.

Esses números são semelhantes aos coletados no trabalho realizado com policiais militares do Mato Grosso. Segundo Varela, Cabelho e Benedito (2020, p.8), “atualmente no estado de Mato Grosso, a vitimização policial durante o período de folga não prevalece em números ou se comporta como a regra predominante, todavia, existem percentuais consideráveis”.

Tabela 17 - Ameaça, dano físico ou emocional no exercício do “bico”

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	5	20,8	29,2	29,2
	Não	19	79,2	70,8	100
	Total	24	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Relativo à ameaça na atividade “bico”, percebe-se que 79,2% relataram que não sofreram nenhum tipo de ameaça, dano físico ou emocional no exercício desta prática, de modo que os percentuais da tabela 17 se igualam aos da tabela 16 e, portanto, os confirmam.

Tabela 18 - Ciência de colegas que sofreram vitimização no “bico”

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	43	82,7	82,7	82,7
	Não	9	17,3	17,3	100
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Por outro lado, apesar de a maioria ter declarado não ter se envolvido em ocorrência quando estava no “bico”, na tabela 18, constata que 82,7% dos respondentes conheceram algum colega que sofreu vitimização no exercício dessa atividade. Por ser um fato que chama atenção, e porque a Polícia Militar do Rio Grande do Norte possui um efetivo pequeno, facilita-se um policial vitimizado ser conhecido pelos demais. Ademais.

Tabela 19 - Planejamento financeiro e prevenção da vitimização

		Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	47	90,4	90,4	90,4
	Não	5	9,6	9,6	100
	Total	52	100	100	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No que concerne ao planejamento financeiro e à sua influência na prevenção da vitimização, constatou-se que 90,4% dos respondentes acreditam que este gerenciamento é uma maneira de preveni-la.

Como visto, muitos policiais acabam buscando se envolver em uma atividade laboral extra com o intuito de complementar sua renda e quitar dívidas; no entanto, o aumento do ganho financeiro oriundo desta atividade, por si só, não garante que esta renda e capital sejam aplicados de maneira adequada por esses agentes; o que força o policial a ingressar em um esforço sem fim, autodestrutivo, de quanto mais ganha, mais gasta, mais se endivida, mais trabalha e mais se ganha – um círculo vicioso –, sem dúvida.

Em suma, considera-se que o endividamento e a inadimplência são oriundos do descontrole de utilização do crédito. Portanto, exige a necessidade de educação e orientação financeira. Com isso, pode-se ajudar o policial a coordenar seu orçamento familiar, equilibrando os ganhos e os gastos para poder, de fato, sair de um círculo vicioso para um círculo virtuoso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como ponto de partida a questão-problema *qual a influência do planejamento financeiro na prevenção da vitimização policial militar* a pretensão deste estudo foi verificar como o planejamento financeiro pode atuar na prevenção da vitimização policial militar, bem como demonstrar qual é o perfil sociodemográfico e financeiro destes agentes e as causas que os motivam a atuar na atividade de segurança privada remunerada.

Ocupar-se em uma profissão tão complexa exige que o agente de segurança pública esteja em plenas condições de saúde, sejam elas: física, mental e emocional. Neste último caso a condição financeira é condição *sine qua non* para este profissional que possa exercer suas atividades na sua plenitude e oferecer um serviço eficaz e de qualidade aos cidadãos.

O pagamento de salários dignos e compatíveis com as funções exercidas são fatores que acarretam satisfação e reconhecimento, porém não se ganha muito se os agentes são

satisfatoriamente remunerados de um lado, e, de outro, não saibam empregar um controle financeiro pessoal adequado. Aquele que esteja com elevado grau de endividamento acaba, em geral, comprometendo sua qualidade de vida, o que pode muitas vezes desestruturar seu núcleo familiar, e repercutir negativamente em seu campo profissional. Portanto, reitera-se que a vitimização desses profissionais pode ser evitada se houver mais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de habilidades com a educação e o planejamento financeiro.

Dito isto, destaca-se que a principal limitação da pesquisa foi a dificuldade de esclarecer a quantidade de policiais militares do BOPE da PMRN que, de fato, dedica o seu período de folga ao bico. Isso se deve ao fato de que o exercício de uma segunda atividade remunerada por parte dos militares, resguardada algumas exceções, é considerado uma ilegalidade. Portanto, este é um tema complexo e sensível, investigá-lo não é tarefa simples, dado que a maioria dos policiais, mesmo

que a exerçam, omitem tais informações, temendo represálias.

Por fim, como sugestão, embora se tenha disponível uma vasta quantidade de conteúdos relacionadas ao endividamento, indica-se a promoção de programas de educação financeira que capacitem esses agentes sobre a melhor forma de

lidar com seus vencimentos, proporcionando-lhes alfabetização financeira e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida, com menos dívidas, menor ocupação em “bicos”, menor exposição a atividades de risco, portanto, menor vitimação policial militar.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, F. de Lima. FRANÇA, F. Gomes de. O trabalhador policial militar: reflexões sobre saúde e adoecimento laboral. **Vigilantis Semper** –Revista Científica de Segurança Pública (RCSP) Natal: PMRN, volume 1, número 1, p. 143 - 158 jul./dez. 2021. Disponível em: <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/48/34>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BARBOSA, M. **COVID-19: aumento do endividamento durante pandemia acende alerta**. RÁDIO ASSEMBLEIA, 05 de maio de 2020. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/radio_assembleia/podcasts/index.html?idAudio=1512907&cat=78. Acesso em: 09 jul. 2022.

BATISTA DA SILVA, J., LOPES DA SILVA JÚNIOR, A. Vitimação Policial Militar no Rio Grande do Norte. **Vigilantis Semper** - Revista Científica de Segurança Pública - e-ISSN 2764-3069 | ISSN 2764-5908, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 77–86, 2021. Disponível em: <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/37>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRAGA, J.C.M.; SILVA, J.B. **Atuação dos policiais militares do RN em atividades paralelas – “o bico”**: diálogo entre política, perfil sócio educacional, legislação e educação financeira. Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade. PMRN: Natal, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus, porém não há motivo para pânico, 2020**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1042-brasil-confirma-primeiro-casodo-novo-coronavirus-porem-nao-ha-motivo-para-panico>. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília–DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 jan. 2023.

CAVALCANTE, R. M. da Fonseca. **Um modelo para avaliação da qualidade de vida no trabalho em instituição de ensino pública**. Orientadora: Karen Valverde Pontes.2017. 50 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial da Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/24165/1/DISSERTAÇÃO_ROBERTO_QVT%20-%202021-08-2017.pdf. Acesso em 03 fev. 2023.

FBSP, **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Anuário brasileiro de segurança pública 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/04-anuario-2022-morte-de-policiaisnumeros-que-retratam-caminhos-muito-mal-elaborados-de-nossa-sociedade.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MALASSISSE, Regina Lucia Sanches. **Curso: Básico em Finanças Pessoais**, ofertado na Universidade Federal Tecnológica do Paraná – Campus Londrina, Projeto de Curso de Extensão registrada sob nº 07/2018. Paraná, 2018.

MEDEIROS, Adriana da Câmara Tavares de. **Qual seu nível de Estresse Financeiro? Uma Proposta de Medida**. Orientador: PhD. Jacob Arie Laros. 2022. 15 f. Dissertação (Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44870>. Acesso em: 11 jan. 2023.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara. COUTINHO, Winston Hélio de Araújo. AZEVEDO, Ismael de Mendonça. MAIA, Júlio Mário Júnior. Qualidade de vida no trabalho: um estudo de caso do 10º batalhão de Polícia Militar do Rio Grande do Norte. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, Vol.15, n.º1, Ano 2023, p. 21.

PEIC - CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - abril 2022, 02 de maio de 2022**. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2022/423798>. Acesso em: 09 jul. 2022.

POTRICH, A.C. Grigion. VIEIRA, K. M. KIRCH, G. **Quão bem as mulheres se saem quando se trata de alfabetização financeira? Proposição de um indicador e análise das diferenças de gênero**. Journal of Behavioral and Experimental Finance Volume 17, March 2018, Pages 28-41. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2214635017301028?via%3Dihub> Acesso em: 09 jan. 2023.

RIBEIRO, Ludmila. **Polícia Militar é lugar de mulher?** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6339NZCVs47ykZjrkv6vPSJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 mar. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei complementar n.º 657, de 14 de novembro de 2019**. Promove reestruturação na carreira dos militares estaduais, estabelece medidas de redução das distorções salariais dos agentes de segurança pública, altera dispositivos da Lei Estadual n.º 4.533, de 18 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o regime de promoções dos oficiais da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO (PMRN), da Lei Complementar Estadual 463, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o subsídio dos Militares do Estado, e da Lei Complementar Estadual n.º 515, de 9 de junho de 2014, que dispõe sobre o Regime de Promoção das Praças da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN) e do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN), e dá outras providências. Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20191115&id_doc=665469. Acesso em: 12 mar. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei complementar n.º 515, de 09 de junho de 2014**. Dispõe sobre o Regime de Promoção das Praças da Polícia Militar Estadual do Rio Grande do Norte (PMRN) e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte (CBMRN) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2014/08/12/244548dc0fe3b541fa6b90e31f5f116f.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SERGIO, A. A. Damy. **Como classificar as pesquisas**. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38881088/como_classificar_pesquisas-with-cover-page. Acesso em: 09 jul. 2022.

SILVA, J. B., ALMEIDA, A. J. da Silva. Vitimização policial: diagnósticos e perspectivas. **Revista Brasileira De Segurança Pública**, 16(2), 240–263, 2022. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1376/572>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVA, João Batista, SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. Vitimização Policial Militar do RN: causas, consequências e perspectivas. **Biblioteca Digital MJ**. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/5023>. Acesso em 10 jan. 2023.

SILVA, J. Batista da. **Profissionalização policial-militar**: a tomada de decisão como conhecimento e saber profissional na PMRN. Orientadora Dr^a Betânia Leite Ramalho. 2017. 163 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24513>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SOUSA, E. Rodrigues de. *Et al.* **Caderno de Educação Financeira**: Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2013.

PEREIRA, A. S. MOREIRA, D. S. PARREIRA, F. J. SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica**. – 1. Ed. – Santa Maria–RS: UFSM, NTE, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E.C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VARELA, F., R. CABELHO, H. Victo.; BENEDITO, R. Filho, E. Vitimização Policial: Estudo das violências sofridas por integrantes da Polícia Militar de Mato Grosso durante o período de folga. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)** - ISSN 2595-2153, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 9–52, 2020. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/61>. Acesso em: 23 mar. 2023

ZILLI, L. Felipe. **Letalidade e Vitimização Policial**: características gerais do fenômeno em três estados brasileiros. Boletim de Análise Político-Institucional, Brasília, n. 17, p. 71-80, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8873>. Acesso em: 14 mar 2023.